

Leucis "Gastropus" generis?

Trimmer 1985



OS DESERDADOS DA TERRA

A mobilidade permanente de grandes contingentes de população e a presença marcante do Estado são traços essenciais da formação do mercado de trabalho na Amazônia oriental. Os modelos teóricos tradicionais não conseguem apreender esta nova realidade, cujo personagem central é o indivíduo móvel e “polivalente”, quase sempre imerso em uma trajetória socialmente descendente

Bertha K. Becker

Departamento de Geografia da UFRJ

Ilustrações Luis Trimano

A fronteira amazônica, por sua vastidão e a ausência de organizações regionais capazes de resistir ao processo recente de apropriação, oferece amplas possibilidades à expansão territorial do capital, para o qual representa uma reserva mundial de recursos. Sua marca é a magnitude da escala e do ritmo em que se transforma, configurando formas híbridas e fluidas de produção e de relações sociais.

Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação é franqueada a pioneiros. Trata-se, isso sim, de um espaço relativamente não estruturado, capaz de gerar realidades novas e dotado de elevado potencial político: é o espaço de manobra das forças sociais. A potencialidade presente em tão ampla escala geográfica — correspondente a 50% do território nacional — faz dela uma região estratégica também para o Estado, empenhado em sua rápida estruturação e controle.

Analisamos em nossa pesquisa a mobilidade social como condição da formação do mercado de trabalho numa região de fronteira: a Amazônia oriental brasileira. Primeira a ser ocupada, ela corresponde ao oeste do Maranhão, norte de Goiás, leste e sul do Pará. É a sub-região mais acessível aos centros já povoados e a que possui maiores riquezas minerais conhecidas até o momento.

Nas duas últimas décadas verificou-se no Brasil uma crescente capitalização da agri-

cultura, cuja articulação com a indústria vem sendo viabilizada pelo Estado de duas formas: a integração vertical, através de subsídios à produtividade, e a integração horizontal, por meio de subsídios à ocupação da fronteira.

Condições dominantes na agricultura brasileira foram com isso alteradas. Historicamente, a exportação de recursos baseou-se no latifúndio e na imobilização da força de trabalho mediante o uso de mão-de-obra escrava. Hoje, o campesinato mantém com o latifúndio uma relação contraditória: se por um lado é complementar, na medida em que o pequeno proprietário produz alimentos para o próprio suprimento e o dos núcleos urbanos, por outro lado é competitiva no que diz respeito à apropriação da terra. A política de terras, ora mais, ora menos distributiva, tem regulado essa complementariedade/competição por meio do controle simultâneo da intensidade da apropriação da terra e da mobilidade da força de trabalho.

Em consequência do processo de capitalização da agricultura, o trabalho teve seu tempo reduzido e tornou-se mais intensivo para certas tarefas, o que determinou a liberação da força de trabalho e o aumento da sua mobilidade. A integração latifúndio-empresa veio acelerar a apropriação monopolista da terra, alvo de competição cada vez mais acirrada, o que também intensificou a mobilidade do trabalho para atender aos novos pólos de in-

vestimento (as cidades e a fronteira), mas limitou a possibilidade de reprodução da condição camponesa no espaço nacional.

As relações de trabalho se transformaram, e não apenas pela eliminação das formas de pagamento em espécie ou o aumento dos assalariados em números absolutos. Ocorreu também a conversão de trabalhadores permanentes em temporários, que passaram a viver nos núcleos urbanos. Efetuou-se assim a unificação das reservas de força de trabalho rural e urbana, intensificando-se o processo de urbanização, estreitamente associado à mobilidade do trabalho. Com feições e intensidades diversas nas várias regiões do país, essa liberação da força de trabalho — a dissolução/diferenciação do campesinato — assume na fronteira suas formas mais complexas.

O caráter não plenamente estruturado da fronteira influi na especificidade do mercado de trabalho regional. Em face do seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação das terras devolutas, subsidiando a transferência de capital industrial e comercial para a agricultura por meio de generosos créditos e incentivos fiscais. Em meados da década de 1970, cristalizou-se o predomínio da empresa agrícola capitalista na região e o processo de apropriação da terra alterou-se quantitativa e qualitativamente. Valorizada como mercadoria, a terra passou a ser apropriada em maiores extensões e a se concentrar nas mãos de empresas agropecuárias vinculadas a firmas industriais e comerciais (nacionais e multinacionais) sediadas no sudeste do país. Em menor proporção, o Estado iniciou também programas reformistas em locais estratégicos, de modo a atender a interesses diversos e cooptar massas de população rural, o que contribuiu para a reprodução diferenciada do campesinato.

O latifúndio-empresa caracteriza-se pela voracidade de apropriar terras com o menor investimento possível, limitando-se o mais das vezes a desmatar parcela do estabelecimento e criar algumas cabeças de gado. Sua hegemonia repercute de duas formas na organização do mercado de trabalho, acarretando duas ordens de contradições. Por um lado, geram-se condições de produção que só demandam força de trabalho para tarefas determinadas, em espaços e períodos limitados. Por outro, não se implantam na região as alternativas de produção e emprego próprias do capitalismo organizado; as alternativas

existentes são inseguras, pois dependem de políticas públicas que variam ao sabor da dinâmica do sistema mundial e das contradições internas do Estado. A instabilidade típica do sistema capitalista é exacerbada, a exploração do trabalho é maior. Se em todo o país é característica a presença do trabalho instável — seja do tipo "bóia-fria", seja do tipo camponês-proletário sazonal —, na Amazônia essa instabilidade é muito maior.

A criação de uma força de trabalho suficientemente versátil para efetuar várias tarefas e deter ainda a iniciativa de empreender a produção complementar de alimentos torna-se condição fundamental para a organização do mercado na região. É esse o aspecto central da estratégia de ocupação adotada pelo Estado, que promove a mobilização dos fluxos migratórios de todo o território nacional para a fronteira.

Em consonância com o caráter relativamente não estruturado da fronteira, o mercado de trabalho não se forma aí segundo o modelo clássico de proletarização total, e sim com base no trabalho móvel de trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e pequenos produtores que se empregam em atividades rurais (agrícolas e extrativas) e urbanas (diversas), mesmo às custas de deslocamentos espaciais que alcançam em média mais de cem quilômetros de seus locais de moradia.

A mobilidade da força de trabalho, entendida como fenômeno social e espacial, constitui a base do processo de fracionamento social; transforma o camponês em trabalhador assalariado rural e/ou urbano e, além disso, participa da formação das camadas intermediárias que complementam a configuração capitalista. Em suma, a mobilidade da força de trabalho confere ao capitalismo a plasticidade necessária para amoldar o trabalhador às necessidades da produção, sendo, por isso mesmo, condição necessária, senão suficiente, da gênese do capital e início de seu crescimento. Exprime-se na produção da força de trabalho, na sua utilização no processo produtivo e na sua circulação espacial/ocupacional.

Na fronteira amazônica oriental, a mobilidade é a solução encontrada para compatibilizar as necessidades de força de trabalho e de produção de alimentos para sustentá-la. No correr do processo migratório, parte do campesinato se transforma diretamente em força de trabalho assalariada, parte permanece como camponês-proletário, conse-

guindo-se assim compatibilizar aquelas necessidades sem cessão legal da terra e com baixos custos, uma vez que o camponês-proletário pressiona os salários para baixo e assegura a sua própria reprodução. Todos esses deslocamentos são fruto das estratégias adotadas pelos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho.

A estratégia do Estado para fomentar a mobilidade sócio-espacial da população está implícita em muitas de suas políticas e, em algumas delas, bastante explícita. Ele promove a atração em massa de migrantes, seja pela propaganda, seja acenando com o emprego em grandes obras viárias e hidráulicas ou com a perspectiva do acesso à terra; estende as redes viária, urbana e de telecomunicações que, associadas à modernização da agricultura nas regiões deprimidas (onde se criam "depósitos" de mão-de-obra), condicionam a organização de fluxos migratórios.

As políticas de terras e de crédito constituem fatores de atração reguladores da relativa fixação da força de trabalho. Por causa da ambigüidade existente na relação (excludente/complementar) entre a pequena propriedade e o latifúndio-empresa, a política de terras oscila: de maneira geral predomina a orientação menos distributiva, favorável à empresa, mas também se efetua uma distribuição controlada da terra. Da ação política e dos grupos sociais envolvidos resulta uma liberação de terras e de força de trabalho por um mecanismo de apropriação/expropriação da pequena propriedade: oferece-se a possibilidade de acesso à terra em projetos governamentais ou privados, mas só parte dos migrantes dela toma posse, porque uma parcela expressiva se proletariza, expropriada por meio de processos burocráticos de regularização de títulos e de discriminação de terras.

A política de crédito agrícola seletivo fortalece o processo de proletarização/diferenciação do campesinato. Empréstimos a longo prazo para produtores já capitalizados favorecem a formação de uma classe média rural, enquanto empréstimos a curto prazo para a produção de alimentos conduzem à expropriação do pequeno produtor, incapaz de saldar sua dívida no banco.

Oferecendo perspectivas de ocupação para os adultos e de escolarização para as crianças, a política urbana cria dispositivos espaciais para atrair populações, fazer circular a força de trabalho, ressocializá-la e diversificá-la. O núcleo urbano é o *locus* da transformação do campesinato, pela incorporação dos valores da sociedade moderna e o aprendizado de ofícios.

A estratégia das empresas de colonização privada, semelhante à da colonização oficial, procura controlar o fluxo migratório aliciando grandes levas de famílias e vizinhos originários de um mesmo local (principalmente do Paraná) e organizando seu deslocamento. Essas empresas fixam os colonos em determinadas áreas através de uma sucessão de providências: monopolizam a compra e venda da terra, tratam da regularização dos títulos em cartório, constróem estradas e cidades e financiam ou avalizam a produção, em troca do monopólio da comercialização. Desta forma, vêm promovendo a reprodução, no norte do estado de Mato Grosso, do campesinato do sul do Brasil. Contudo, essa fixação também é relativa, pois o processo característico do campo brasileiro aí ocorre: à medida que a terra encarece, parte dos colonos não se fixa, vendendo-a para novos colonos mais ricos ou para a própria companhia e comprando terras mais distantes em área da própria colonizadora, com o que as terras

se valorizam gradativamente. Assim, essas companhias tiram partido da mobilidade do pequeno produtor, promovendo-a e circunscrevendo-a num espaço e num tempo dados, por elas controlados.

A estratégia das unidades produtoras capitalistas para promover a mobilidade vincula-se às condições de produção e varia com o tipo de empreendimento, o grau de capitalização e as políticas públicas. Essas unidades são de três tipos:

1) As pertencentes à fração monopolista do capital (empresas agrícolas ligadas a grupos nacionais e estrangeiros de propriedade do capital industrial, financeiro e comercial do Centro-Sul, localizadas principalmente no sul do Pará). Necessitam de mão-de-obra basicamente para o desmatamento e utilizam trabalho assalariado combinado com tecnologias avançadas (aviões, desfolhantes, defensivos), capazes de realizar em três dias uma operação equivalente a um ano de trabalho com técnicas tradicionais. Dada a escala do desmatamento, utilizam grande

número de assalariados, os "pões", recrutados e gerenciados por uma cadeia de intermediários, os "gatos", que vão "caçá-los" a mais de 200 quilômetros de distância.

2) As grandes unidades pertencentes à fração não monopolista do capital (fazendeiros e industriais oriundos sobretudo de Minas Gerais, São Paulo e Goiás), que, juntamente com as empresas anteriores, exercem o monopólio da propriedade da terra. Dominam ao longo da rodovia Belém-Brasília, no norte de Goiás, e se diferenciam das arroladas no primeiro item pela menor disponibilidade de capital e a menor escala dos empreendimentos (desmatam de 20 a 100 alqueires anuais, contra 100 a 400 das empresas). Visando a reduzir gastos com salários, utilizam em maior proporção mão-de-obra não assalariada, os chamados "rendistas", que pagam ao fazendeiro com trabalho o aluguel da terra que cultivam. Do ponto de vista da constituição do mercado de trabalho, a diferença entre empresários e fazendeiros



Leve "Esquemas" - "O Arado" -

Zuenir Ventura 1985

desaparece no momento em que, formada a fazenda para a atividade criatória, reduz-se inexoravelmente a demanda de mão-de-obra, obrigando os peões a um deslocamento sazonal para a derrubada de matas.

3) As unidades pertencentes à fração de produtores familiares capitalizados, localizadas na área da colonização oficial da rodovia Transamazônica. A capitalização dos colonos se fundamenta na produção destinada à exportação (pimenta e cacau). O trabalho familiar é complementado por assalariados recrutados no local ou pela troca de dias de serviço entre famílias.

Por fim, a mobilidade do trabalho é fruto também da estratégia de sobrevivência do campesinato: os pequenos proprietários, posseiros e meeiros ("rendistas"), que constituem um segmento significativo em termos numéricos, mas não em termos de área apropriada. Eles completam a renda familiar e mantêm o vínculo com a terra através da "polivalência", isto é, de empregos eventuais ou sazonais, mobilização dos filhos e outros dependentes.

Ao longo do processo migratório a estrutura ocupacional da população se altera, podendo-se diferenciar o camponês segundo diversas trajetórias.

O fluxo migratório para a Amazônia Oriental é de origem essencialmente rural (82,5% do total de migrantes). O Nordeste é o principal depósito de mão-de-obra não qualificada (53,6%), segui-

do da zona Bragantina (PA) e do sul de Goiás. O uso crescente de equipamentos pelas empresas agropecuárias e a expansão das funções urbanas vêm ampliando o mercado para a mão-de-obra qualificada; em conseqüência, cresce o número de migrantes oriundos de cidades pequenas e médias do Centro-Sul. A migração atual para as áreas de colonização oficial e privada também é proveniente sobretudo do sul do país.

Através de um modelo que permite acompanhar as etapas migratórias e a sucessão de ocupações do migrante desde sua origem até sua condição atual (também momentânea), podemos observar suas trajetórias sócio-espaciais e detectar as tendências de diferenciação social do campesinato em sub-regiões da Amazônia Oriental.

Os pequenos proprietários, posseiros e "rendistas" atualmente fixados no norte de Goiás (onde predominam os fazendeiros individuais) representavam, em suas regiões de origem, 63% do universo pesquisado; hoje, apenas 37% conservam essa condição na nova área de moradia. Esta é, no entanto, a área onde mais se preservam os posseiros (20%); os demais indivíduos pesquisados incluíram-se em categorias móveis (campo-campo e campo-cidade) e, em menor escala, transformaram-se em assalariados temporários (rurais e urbanos). É expressivo o crescimento dos comerciantes, seja de gêneros, como donos de venda, seja de mão-de-obra, como "gatos" ou empreiteiros, muitos dos quais conseguem

acumular recursos associando o comércio à propriedade ou posse da terra.

No sul do Pará, onde domina a empresa, o fracionamento social demonstra que é intenso o processo de proletarização associado à urbanização da população, embora o assalariamento, isto é, a proletarização propriamente dita, seja parcial, limitado. Reduzem-se proporcionalmente as categorias que tinham maiores vínculos com a terra — "rendistas", pequenos proprietários e posseiros — correspondentes a 57% nas áreas de origem e hoje reduzidos a 28%. Crescem em maior proporção as categorias de autônomos urbanos, polivalentes rurais e urbanos e assalariados temporários rurais. Quarenta por cento dos polivalentes são peões rurais ou urbanos em sua segunda ocupação.

Na área da rodovia Transamazônica, de colonização oficial, a população rural se manteve expressiva, embora experimentasse um decréscimo de 80,9% para 54,5%. Nas regiões de origem, pequenos proprietários, "rendistas" e posseiros correspondiam a 74,5% do total de migrantes, mas hoje não passam de 35%. Cresceram as categorias móveis campo-campo e campo-cidade, bem como os autônomos urbanos e os desempregados (ver "Trajetórias típicas na Transamazônica").

A análise da mobilidade do conjunto dos migrantes demonstra o predomínio das trajetórias descendentes e a diferenciação do campesinato. Parte dele se proletariza, parte reproduz sua condição sob novas formas, a do campo-

TRAJETÓRIAS TÍPICAS NA TRANSAMAZÔNICA

Ao contrário do que se poderia pensar, os pequenos proprietários migram muito na área da Transamazônica. Mesmo nas zonas de colonização oficial, somente 20% dos atuais residentes foram assentados diretamente como colonos. Um terço do total efetuou pelo menos três etapas e, hoje, apenas a metade mantém a propriedade da terra. Vinte por cento transformaram-se em força de trabalho assalariada urbana e rural, e 12% em posseiros. Alguns conseguiram acumular recursos, seja ampliando a área apropriada, seja através de uma "polivalência

positiva", combinando a condição de pequeno colono com a de maquinista de arroz ou de empregador urbano. A grande maioria permanece em atividades rurais, mas 20% encontraram emprego ou trabalho alternativo nos núcleos urbanos, o que, às vezes, favorece a acumulação.

Os posseiros são os que apresentam maior número de etapas migratórias, pois mais da metade efetuou pelo menos três etapas, sendo freqüentes os casos de até seis etapas. Sua trajetória é quase sempre descendente. Praticamente a metade deles se transformou em assala-

riados urbanos, rurais ou dos garimpos; só 10% conseguiram alcançar a propriedade da terra e menos ainda permaneceram como posseiros. Vinte e seis por cento do total desta categoria de origem realizam hoje atividades urbanas, e os demais permanecem ligados ao meio rural.

Os "rendistas" que vivem hoje nas grandes cidades (Marabá e Altamira) não realizaram tantas etapas, mas os localizados nos Núcleos Planejados governamentais são muito móveis. Varia também seu destino: em Marabá ocupam-se predominantemente na cidade, enquanto em Altamira e nos

próprios Núcleos Planejados permanecem com atividades essencialmente rurais. Nesse subconjunto, 40% têm acesso à terra na condição de colonos e 25% são força de trabalho assalariada. Cinco por cento dos colonos também são peões urbanos, o que sugere uma trajetória descendente em curso.

Finalmente, os assalariados urbanos são os que menos etapas realizaram, permanecendo em maior número nas próprias cidades, seja como assalariados ou autônomos (45%), seja com ocupações que denotam trajetória ascendente, graças à propriedade da terra (55%).



Novo "Estimados" "Emigrantes" - "Mural" -

Zimmo 1985



Uma "situação" "Barrateiro". -

Primo 1985

nês/peão (o polivalente) e, em menor proporção, a do camponês capitalizado. Há duas características marcantes nessa mobilidade.

A primeira é a nítida tendência à proletarização: reduzem-se à metade as categorias que tinham maiores vínculos com a terra (em média, de 65% na origem para 32% hoje) e as categorias que mais crescem são as dos assalariados rurais e urbanos (que representam hoje 28% do total). É preciso levar em conta, porém, que as categorias móveis, polivalentes, são as que mais crescem depois das categorias assalariadas, representando hoje em média 16,5% do total. Assim, o processo de proletarização não domina de maneira absoluta, mas limitada.

A segunda característica a que nos referimos é a polivalência ocupacional, que indica a emergência de novos atores e sugere a predominância das trajetórias descendentes. As formas de ocupação mais novas para os migrantes, como a dos "gatos" ou os ofícios urba-

nos, atendem às condições regionais que cercam a produção e, em geral, se relacionam com a mobilidade rural-urbana. As novas formas polivalentes positivas, que indicam trajetórias ascendentes, representam em média apenas 35% dos casos e referem-se basicamente a pequenos proprietários/comerciantes (venda ou feira) ou a maquinistas de arroz, que conseguem juntar alguns recursos. As formas polivalentes negativas, indicadoras de trajetórias descendentes, correspondem a 65% dos casos e se referem a "rendistas" e posseiros que também são peões, vendedores ambulantes ou pequenos "gatos".

Como já vimos, a cidade é o *locus* da mudança na estrutura ocupacional dos migrantes. Serve de base à circulação da força de trabalho (a categoria "assalariado urbano" foi a mais freqüente na trajetória do conjunto dos migrantes), proporciona alternativas de trabalho estável para 20 a 30% dos migrantes e é fonte de novas oportunidades de acumulação por meio do comércio e do be-

neficiamento de produtos rurais. Finalmente, é nela que se efetua a ressocialização dos migrantes, principalmente através do consumo.

Podemos concluir daí que a mobilidade não é linear no sentido de transformar fatalmente o camponês em proletário (ver "A mobilidade do trabalho: um novo marco teórico"). Ela traz em si uma tendência ao assalariamento, incorporando o campesinato à economia nacional; ao mesmo tempo, corresponde a um limite na dissolução do campesinato e das relações tradicionais de produção. Forma rápida de produzir força de trabalho diferenciada, com baixo custo e capacidade de atender a unidades produtoras que demandam diversos tipos de mão-de-obra, a mobilidade é um processo flexível de mudança na estrutura ocupacional da força de trabalho, cujos grau e ritmo são regulados pelas políticas do Estado e determinados pelas necessidades de desbravamento, de organização da produção na fronteira e da própria sobrevivência do campesinato.

A MOBILIDADE DO TRABALHO: UM NOVO MARCO TEÓRICO

A partir do conjunto de idéias que sustenta e justifica teoricamente o funcionamento de uma economia concorrencial, criaram-se modelos que tentam explicar o deslocamento de populações com base na necessidade de ajustamentos no mercado de trabalho entre regiões, admitindo implicitamente as hipóteses de homogeneidade e autonomia da oferta de trabalho. A insuficiência desta explicação fica clara quando se percebe que os movimentos de população incluem outros aspectos além do deslocamento espacial, tais como a mudança de ocupações ou mesmo da classe social de origem dos migrantes. Além disso, o capital se desloca com maior rapidez do que o trabalho, fazendo com que tanto as empresas quanto o Estado passem a induzir a mobilidade deste último para assegurar a formação de reservas de mão-de-obra. Portanto, não é a oferta, mas sim a demanda de força de trabalho que age com autonomia e exerce um papel preponderante na organização do mercado de trabalho, moldado à imagem e semelhança das necessidades dos agentes dominantes.

Outros critérios convencionais para a análise das migrações, como os que buscam determinar sua direção (rural-rural, rural-urbana) e a duração dos movimentos, também não dão conta da amplitude e da diversidade de formas atualmente encontradas na América Latina. As análises baseadas neste modelo também oferecem uma visão segmentada, parcial e pouco útil dos movimentos populacionais, tornando-se incapazes inclusive de apreender sua direção e duração.

Se, por outro lado, pretendemos estudar as migrações tendo como referência básica a visão clássica do processo de expansão capitalista, seremos tentados a ver na extinção das formas pré-capitalistas o caminho que conduz à "produção" da mercadoria força de trabalho,

traço essencial do novo sistema. Ora, a verdadeira tradução espacial deste processo social seria a clássica migração rural-urbana, diante da qual os outros tipos de movimento representariam apenas "passos prévios", etapas transitórias da proletarianização. Assim, não saberíamos compreender todos os traços de um tipo de desenvolvimento capitalista que tende a eliminar o emprego permanente, estabelecendo relações contraditórias e ambíguas com o próprio campesinato.

No Brasil e, de resto, no conjunto da América Latina, não se verifica uma evolução linear, na qual a perda da condição camponesa conduz, de forma mais ou menos direta, a uma proletarianização clássica. As evidências empíricas nos levam a pensar que os indivíduos móveis e "polivalentes" — isto é, os que possuem duas ou mais ocupações em diferentes lugares — são os novos atores no mercado de trabalho, sem que sua condição represente necessariamente uma transição em direção à proletarianização. Pelo contrário, pode-se pensar que é exatamente essa forma móvel do camponês/proletário, com suas variações locais, a que tem resolvido (ou contornado) a contradição capital-trabalho em regiões de capitalismo "inacabado", como a América Latina.

Daí a necessidade de construir um novo conceito, capaz de apreender os elementos comuns à diversidade de condições que os movimentos populacionais apresentam. É esse o abrangente papel do conceito de mobilidade do trabalho, entendido como processo espacializado de fragmentação social e como condição de organização do mercado de trabalho. A mobilidade populacional apareceria então integrada num conceito mais amplo, que busca refletir uma característica da própria sociedade capitalista.

Qualquer que seja o tipo de movimento sócio-espacial da

população, ele é parte do processo de constituição do mercado de força de trabalho. Uma parcela da população camponesa passa à condição de trabalhadores assalariados no próprio campo ou na cidade (realizando várias tarefas) e outra parcela consegue combinar a reprodução da condição camponesa com o trabalho assalariado, também rural ou urbano, sazonal ou eventual.

A variedade de formas móveis, isto é, a intensidade dos processos de proletarianização/diferenciação do campesinato, depende de vários fatores, relacionados à sociedade e ao Estado. Importa ressaltar que, no Brasil, o funcionamento da estrutura econômica tem tido como condição a mobilidade da força de trabalho. Do ponto de vista do capital, ela assegura o uso mais racional da mão-de-obra e minimiza o tempo gasto na formação do trabalhador, cuja seleção e treinamento são efetuados de forma não institucionalizada ao longo de seu deslocamento espacial. Ao mesmo tempo, elevam-se as necessidades de consumo da população, que sofre, desta forma, um processo de ressocialização.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a mobilidade significa basicamente maior instabilidade e exploração, bem como dificuldades extras de organização sindical e política. A sazonalidade do trabalho em um mercado não organizado faz com que ele permaneça submetido a uma mudança contínua de padrão e de local de trabalho, eximindo os patrões de compromisso e responsabilidade para com seus empregados. No entanto, a mobilidade representa também uma estratégia de sobrevivência da família camponesa, um processo de aprendizado social e uma elevação de aspirações — processo que é mediado pelo urbano e que pode resultar em resistência armada.

A urbanização é a base da organização do mercado de traba-

lho. Como residência, pólo prestador de serviços e local gerador de empregos alternativos, o núcleo urbano é o ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho disponível, mantida móvel mas sempre localizada em torno de pontos conhecidos do território. É a rede de núcleos urbanos que assegura e renova a circulação regional da força de trabalho. Além disso, a cidade possui importante função política e ideológica, como sede de múltiplos aparelhos de Estado e da prestação de serviços que participam da cooptação social da população. As perspectivas de emprego e/ou acesso à propriedade de um lote urbano também desempenham papel relevante neste envolvimento. Por isso, aliás, é que a ocupação da Amazônia ocorre em um contexto de urbanização crescente, prevista pelo próprio projeto governamental para a região.

O custo social da mobilidade é levado ao extremo nas regiões de fronteira, onde o mercado de trabalho não possui um perfil claramente definido e estável. Mas a busca de soluções deve ser cuidadosa. Se compararmos, por exemplo, o meio rural brasileiro com o do resto da América Latina, poderemos verificar a fraqueza dos fatores étnicos e culturais de integração presentes entre nós, o que dificulta a via do fortalecimento comunitário. Por outro lado, a intensidade dos processos migratórios atuais e o peso das cidades fazem com que a reforma agrária seja condição necessária, mas não suficiente, para solucionar a complexa teia de problemas ali existentes. É necessário também buscar soluções tipicamente urbanas, através da organização plena do mercado de trabalho, assegurando oportunidades estáveis de emprego, condições de organização sindical e possibilidades de qualificação da força de trabalho — fatores integrantes da própria conquista da cidadania.

Solução para contradições inerentes à ocupação regional, a mobilidade envolve novos conflitos. O que se trava pela posse da terra é apenas o mais visível entre eles. *Grosso modo*, esses conflitos podem ser classificados segundo os grupos sociais em confronto e os locais onde ocorrem.

Como estratégia de sobrevivência adotada pelo campesinato, a mobilidade é uma forma de resistência pacífica à dissolução, mas também pode contribuir para um processo de politização. A rápida e contínua perda, pelos camponeses, de seus investimentos e a perspectiva de engajamento no mercado de trabalho têm produzido movimentos de resistência menos pacífica à expropriação, com aprendizado de táticas de defesa e ataque — a invasão e a luta armada — que se tornam ameaçadoras ao poder central.

Temos assim diferentes conflitos em curso numa mesma realidade social. Uns, entre o campesinato e os produtores capitalizados modernos, opõem grileiros, fazendeiros e empresários a posseiros e têm lugar nas áreas mais acessíveis e valorizadas, em geral em terras devolutas. Outros se desenvolvem entre camponeses e produtores tradicionais e ocorrem em terras já ocupadas, com titulação antiga, cujos donos não têm condição de cercá-las e defendê-las. Latifúndios ligados à produção de castanha e borracha são desagregados por posseiros invasores que, sabendo que os latifundiários exploram áreas excedentes ao aforamento concedido pelo governo, ocupam essas faixas e requerem a demarcação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Em latifúndios pastoris e de exploração de babaçu, antigos agregados das fazendas são estimulados por grileiros a requerer a posse da terra, desagregando as grandes propriedades a partir "de dentro". Embora o embate ocorra entre agregados e posseiros *versus* latifundiários, trata-se de um confronto indireto do latifúndio tradicional com o latifúndio moderno, que tira partido da resistência camponesa para desalojar as antigas oligarquias regionais e apropriar-se da terra.

Finalmente, há os conflitos entre camponeses e índios nas frentes mais avançadas, junto às reservas, para onde posseiros e colonos são direta ou indiretamente induzidos, promovendo o desalojamento da população indígena. A manipulação de camponeses e assalariados gera efeitos não controlados. Hoje,

o fenômeno das "invasões" rurais e urbanas dá a tônica da situação na fronteira. O próprio Estado procura tirar partido delas, transferindo para a população o ônus da abertura de picadas e lotes em áreas destinadas à colonização. Contudo, à medida que a terra escasseia, os posseiros passam a invadir espaços não previstos, como fazendas, empresas e mesmo áreas urbanas insuficientemente dotadas de serviços para atender ao afluxo crescente da massa de população móvel. Configuram-se assim invasões que escapam ao controle das forças dominantes, afetam a capacidade administrativa do Estado e geram tensões sociais, chegando a determinar a queda do preço das terras.

Resultado da mobilidade, o fracionamento social do campesinato estabelece aspirações e metas sociais diversas entre camponeses e assalariados. O campesinato visa ao acesso à terra e se adequa à ideologia do trabalho familiar como base da organização social, no que é apoiado pela Igreja. Mas, mesmo no interior dessa categoria, há uma diversidade de aspirações relativas às formas de capitalização. Os assalariados, por sua vez, têm reivindicações de salário e jornada de trabalho, mas, dada sua intensa mobilidade vinculada à ausência de um mercado de trabalho organizado, faltam-lhes as condições básicas para a organização sindical.

No interior do aparelho de Estado, verificam-se dois tipos de conflito: entre as esferas nacional e estadual, manifestado localmente na presença e gestão diretas do poder central em locais estratégicos, em detrimento do poder estadual: no âmbito de um mesmo órgão governamental, como no caso do Incra, em que uma corrente se mantém fiel à filosofia de colonização e reforma agrária, enquanto outra é a favor de se liberar a titulação de terras apenas para os que possuam recursos suficientes para explorá-las.

Também são contraditórias as relações entre o Estado e a Igreja. No plano econômico, onde aparece a opção pela via tecnológica de desenvolvimento, o Estado é aliado da empresa, entrando em conflito com a Igreja. Mas no plano político, apesar das aparências, Estado e Igreja podem coincidir, pois a ideologia do trabalho orgânico está presente tanto na justiça social reivindicada pela Igreja quanto na política de colonização e assentamento de posseiros para a legitimação do Estado.

Há ainda conflito entre o capital fi-

nanceiro e o capital comercial e usuário. A hegemonia é crescentemente disputada pelo primeiro: hoje, os bancos competem abertamente com os comerciantes, não só no financiamento da lavoura e de instalações, mas cooptando os produtores para investimentos financeiros, em detrimento de investimentos na produção.

Finalmente, a contradição entre as faces econômica e sócio-política do Estado evidencia-se no conflito entre as grandes empresas e o governo central. A pressão resultante de todos esses interesses contraditórios resulta na fragmentação e indefinição do Estado nacional que, em conjunto, perde poder de decisão em favor do segmento das grandes empresas.

Assim, a mobilidade gera hoje, face à crise, conflitos que se fazem sentir no âmbito do conjunto da nação. Os crescentes custos da transferência da urbanização tornam mais difícil a circulação e a migração, gerando insuficiências na gestão do Estado e estendendo a frente dos conflitos sociais. A redução da oferta de alimentos (pela quebra de sistemas tradicionais de produção) e a necessidade de diversificar a agricultura exigem maior utilização de mão-de-obra rural de origem local. Por fim, o desenvolvimento da tecnologia moderna, procurando substituir o trabalho vivo pela mecanização, sugere uma nova contradição entre a necessidade de reter a população no campo e a necessidade de circulação da força de trabalho, base do esquema produtivo.

Se, nas duas últimas décadas, uma mobilidade em escala nacional solucionou as situações de escassez ou abundância relativas de força de trabalho nos diferentes pontos do território nacional, hoje, sob a ótica do Estado e das empresas, talvez seja interessante reduzi-la, mantendo-a apenas no espaço intraregional e, até mesmo, limitando a reprodução da população por meio do controle da natalidade.



SUGESTÕES PARA LEITURA

- BECKER B.K. e MACHADO L.O. — "Mobilidade do trabalho na Amazônia: uma contribuição", *Boletim Carioca AGB*, 1981.
- BECKER B.K. — *Geopolítica da Amazônia, a nova fronteira de recursos*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- GAUDEMAR J.P. — *Mobilitéé du travail et accumulation du capital*, Ed. Maspero, Paris, 1976.

Edição de texto: Maria Luisa Borges